

## APRESENTAÇÃO

Fechar mais um número da Revista *Feminismos* é sempre, para nós, motivo de grande satisfação. E, neste caso, satisfação ainda maior, vez que inauguramos aqui nosso quarto volume de publicações da Revista, trazendo para nossas leitoras e leitores uma edição conjunta dos números 1 e 2. Para tanto, reunimos aqui sete artigos em torno de temáticas bastante variadas, além de um dossiê organizado por Márcia Santana Tavares sobre os *Dez anos da Lei Maria da Penha na Bahia*, precedido, na seção *Documentos*, por um extenso relatório referente à implementação dessa Lei, elaborado por Cecília M. B. Sardenberg, do OBSERVE - Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha, para a ONU-Mulheres de New York.

Nosso artigo de abertura, *Democracia de Gênero: é possível um pacto entre as mulheres?*, de autoria de Teresa Kleba, professora e pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos convida a refletir sobre a construção de uma democracia de gênero, o que, para ela, é “[...] uma utopia a ser alcançada, transformando as relações sociais de acordo com os princípios democráticos propostos em lei”. Para tanto, a autora convoca as mulheres a se unirem em torno de ‘pactos’ de solidariedade, o que requer uma “centralidade ética e uma estética feminista como princípios.” Ela conclama homens e mulheres a firmarem pactos intergenéricos e intragenéricos em prol de um objetivo comum: a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária e com mais equidade de gênero na política.

Trazemos, a seguir, um artigo de Sylvia Yannoulas, Professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), que analisa o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, com enfoque no eixo do mundo do trabalho. Na análise, a autora se apoia na perspectiva proposta por Maxine Molyneux (1984) que distingue “necessidades práticas de gênero”, ou seja, aquelas nascidas da divisão sexual do trabalho nos

moldes tradicionais, dos “interesses estratégicos das mulheres” que visam o desmonte das relações patriarcais de gênero. Baseando-se em pesquisa “qualitativa, bibliográfica e documental,” a autora argumenta, com propriedade, que o plano em questão, sendo executado pelo Estado brasileiro, ainda “não alterou substancialmente a realidade vivenciada pelas trabalhadoras”. É preciso, pois, formularmos políticas que possam, de fato, provocar “transformações para além do atendimento às necessidades básicas das mulheres, visando à superação da divisão sexual do trabalho” nos moldes atuais.

Caminhando das políticas públicas e sociais para políticas do corpo, trazemos dois artigos que versam sobre o que Cecília Sardenberg (1994) identificou como “ordens prático-simbólicas da menstruação”. O primeiro, intitulado *Azul da cor do mar: a higienização dos corpos através das publicidades de absorvente*, é de autoria da Professora Raquel de Barros Pinto Miguel, em parceria com suas alunas Jéssica Vicente Rosa, Luísa Susin dos Santos, Marina Ponzoni Radin e Victória Luiza Konell. A publicidade é considerada neste estudo uma produção histórica e social que contribui na construção de subjetividades. A presente pesquisa analisou 157 anúncios de absorventes que circularam nas últimas sete décadas em veículos impressos nacionais e internacionais. Foi possível verificar que, diante do sangue menstrual e do tabu que o permeia, cabe aos absorventes o papel de camuflar e silenciar a menstruação, contribuindo para a manutenção e disseminação de tal tabu. Ficaram evidentes as funções higienizadora e pedagogizante dos anúncios, uma vez que estes prescrevem modos de ser mulher e perpetuam visões sobre cuidados com o corpo. No segundo artigo, sob o título *O poder simbólico da menstruação: discursos científicos sob o escrutínio das epistemologias feministas*, a autora Letícia Wons faz uso das epistemologias feministas para perscrutar as construções

simbólicas que sustentam nosso imaginário acerca da menstruação. Ao contrário do artigo anterior, que se debruça sobre anúncios publicitários, Letícia Wons segue outro percurso metodológico, investiga os saberes relativos ao sistema reprodutor feminino, narrativas elaboradas sobre o ciclo menstrual e conhecimentos divulgados sobre a anatomia dos órgãos genitais e suas funções, desde o ensino das ciências biológicas aos discursos baseados no senso comum, que nos fornecem pistas para compreender as posições ocupadas pelas mulheres na sociedade, ao mesmo tempo em que revelam como e quem produz esses conhecimentos.

Claudia J. Maia e Cinthia Freitas de Souza, em *Identities e poder no conto 'A primeira só', de Marina Colasanti*, esmiúçam como a construção de identidades e das relações de poder é revista pela escritora Marina Colasanti no conto de fadas 'A primeira só', a partir de concepções da teoria feminista, apoiando-se nas concepções foucaultianas sobre poder e de representação social formuladas por Denise Jodelet, para nuançar o potencial teórico-crítico contido nos textos da escritora, que suscitam reflexões em torno das relações sociais, as normas e valores instituídos socialmente que retroalimentam as relações de poder inerentes à sociedade patriarcal.

Já Claudenilson Dias e Leonardo Coelho nos apresentam *Sexo e Gênero*, tradução para a língua portuguesa do Capítulo 6, *Sex and Gender*, do livro de Ann Oakley, *Sex, Gender and Society* (1972), um clássico dos estudos de gênero, em que a autora observa que, enquanto sexo é um termo eminentemente biológico, gênero é uma expressão dotada de componentes psicológicos e culturais. Ao longo do texto, a partir de exemplos ilustrativos de estudos desenvolvidos com intersexuais, transexuais e homossexuais, Ann Oakley procura demonstrar que o comportamento é cada vez menos determinado pelos fatores biológicos (hormonal, neural), ainda que os hormônios desempenhem um papel necessário (embora não suficiente) na evolução da identidade de gênero dentro dos limites definidos pelo sexo biológico. Assim, a autora defende que enquanto o sexo diz respeito às diferenças anatomo-fisiológicas existentes entre homem e mulher, o

gênero corresponde à classificação social de masculino e feminino em cada cultura.

Neste número da *Feminismos*, compartilhamos o Relatório *Ten Years of Maria Da Penha Law: Advancements and Shortcomings in Confronting Gender Based Violence Against Women in Brazil*, documento de referência elaborado para a ONU, Pesquisa e Dados, em fevereiro de 2017, por Cecília M. Bacellar Sardenberg, em que a autora reflete sobre questões apontadas por ativistas e estudiosas feministas quanto às formas de combater a violência contra as mulheres no Brasil, desde que a Lei Maria da Penha foi sancionada em 2006. Para tanto, o documento agrega dados sobre os avanços, bem como indica fragilidades e deficiências no processo de implementação da Lei Maria da Penha e, apresenta recomendações que visam contribuir para um enfrentamento mais efetivo da violência contra as mulheres, tanto no Brasil quanto no exterior.

Nosso dossiê, neste número organizado por Márcia Tavares, reúne oito artigos de pesquisadoras vinculadas ao Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha – OBSERVE, que refletem sobre as *Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher: 10 anos da Lei Maria da Penha na Bahia*. Os artigos nos mostram fragilidades e deficiências na rede de atendimento e proteção às mulheres em situação de violência; reiteram a importância de ampliação e implementação dessa rede de proteção no âmbito estadual; reforçam a importância do monitoramento realizado pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais; alertam sobre o risco de pulverização da aplicação da Lei Maria da Penha e secundarização das demandas das mulheres; advertem sobre o crescimento dos índices de violência contra as mulheres negras e discrepâncias nos dados estatísticos relativos à violência contra as mulheres brancas e negras; denunciam a (não) materialização da Lei 11.30/2006 em contextos rurais baianos e as formas de violência que se escondem dentro de espaços congregacionais e litúrgicos.

Neste número, dois livros são resenhados. O primeiro, *Feminismo no Exílio: O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-*

*Americano de Mulheres em Paris*, de autoria de Maira Luisa Gonçalves de Abreu, é resenhado por Eloisa Rosalen e, o segundo, *Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas*, é objeto da resenha de Andrea Silene Alves Ferreira.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que cada número publicado é fruto do empenho e esforço conjunto de uma equipe que, a despeito da crise enfrentada pelas publicações acadêmicas, acredita e luta para consolidar um espaço de diálogo interdisciplinar, dedicado aos estudos feministas e de gênero. Tal qual nos versos da canção popular, defendemos que não há razão para desespero ou desânimo, cometemos erros, mas também tivemos acertos e, sem dúvida, aprendemos muito desde que colocamos no ar a primeira edição da revista.

Então, “não tem cabimento entregar o jogo no primeiro tempo”. Enfim, sabemos que publicar uma revista feminista, sobretudo em tempos de grande retrocesso para os direitos sociais - com destaque para aqueles que se voltam para questões de gênero - é, sem dúvida, um ato de resistência. Resistimos e resistiremos, sim. Compartilhando com nossas/os leitoras/es o mais recente número da *Feminismos*, reforçamos o convite para o envio de contribuições para as próximas edições!

Saudações feministas,

Márcia Santana Tavares, Ângela Maria Freire de Lima e Souza, Cecília Maria Bacellar Sardenberg, Josimara Aparecida Delgado Baour, Máira Kubík Mano, Clarice Costa Pinheiro, Maise Zucco.